



Escola de Administração Fazendária



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

Concurso Público 2009

Prova Objetiva 2 e Prova Discursiva

Cargo: Analista Administrativo

Qualquer Área de Formação

Nome: _____ N. de Inscrição _____

Instruções

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
2. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
3. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:
“As ideias e estratégias são importantes, mas o verdadeiro desafio é a sua execução.”
(Percy Barnevick)
4. DURAÇÃO DAS PROVAS: **4 horas**, incluído o tempo para a elaboração da Prova Discursiva e para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
5. Na prova objetiva há **40 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
6. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciadas as provas.
9. Durante as provas, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
10. Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término das provas, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.5 do edital regulador do concurso.
11. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início das provas. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
12. Ao sair da sala entregue este CADERNO DE PROVAS, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

Quanto à Prova Discursiva:

1. Identifique-se apenas na capa da prova (**página 9**); sua Prova Discursiva **não** poderá ser assinada ou rubricada nem conter marcas ou sinais identificadores.
2. Use as folhas pautadas deste caderno para desenvolver sua Prova Discursiva.
3. As folhas em branco, no final do caderno, poderão ser usadas para rascunho.
4. Não escreva no espaço à direita “Reservado ao Examinador”.

Boa prova!

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 1 - Assinale a opção que preenche corretamente a lacuna da seguinte frase: "Segundo Hauriou (*in Droit Constitutionnel*), é com a _____ que começam a civilização e a história, assim como a maior parte das instituições que nos são familiares; por exemplo, do ponto de vista político, o regime de Estado, e do ponto de vista social, a propriedade privada e o comércio jurídico individualista."
- a) Revolução Comercial
 - b) humanidade sedentária
 - c) Globalização dos Mercados (3ª Onda)
 - d) humanidade nômade
 - e) Revolução Industrial
- 2 - Acerca das chamadas teorias contratualistas do Estado, é incorreto afirmar:
- a) podem ser explicadas sob os enfoques antropológico, filosófico ou político.
 - b) em sentido amplo, vem o fundamento do Estado em um contrato, aceito pela maioria dos indivíduos, assinalando o fim do estado natural e o início do estado social.
 - c) algumas de suas correntes foram utilizadas para justificar o absolutismo, ao passo que outras o foram para contradizê-lo.
 - d) têm por expoente máximo a obra legada por Nicolau Maquiavel.
 - e) em comum, nas teorias contratualistas, encontra-se a ênfase no caráter racional e laico da origem do poder.
- 3 - Segundo as teorias não-contratualistas, em sua forma originária, o Estado teria uma entre as seguintes origens, exceto:
- a) a ampliação do núcleo familiar ou patriarcal.
 - b) os atos de força, violência ou conquista.
 - c) as causas econômicas ou patrimoniais.
 - d) o desenvolvimento interno da sociedade.
 - e) o fracionamento de Estados preexistentes.
- 4 - Com a chegada da família real portuguesa, em 1808, o Brasil foi, em muito, beneficiado por D. João VI. Sobre a forma de administração pública vigente naquele período, pode-se afirmar corretamente que a coroa portuguesa exerceu uma administração pública:
- a) burocrática, pois, a despeito das inovações trazidas por D. João VI, ainda assim o aparelho do Estado funcionava como mera extensão do poder do soberano, não havendo diferenciação entre a *res publica* e a *res principis*.
 - b) gerencial, com foco na racionalização e na qualidade dos serviços públicos prestados e tendo por objetivo primordial o desenvolvimento econômico e social de sua então colônia.
 - c) patrimonialista, pois, a despeito das inovações trazidas por D. João VI, ainda assim o aparelho do Estado funcionava como mera extensão do poder do soberano, não havendo diferenciação entre a *res publica* e a *res principis*.
 - d) burocrática, com foco na racionalização e na qualidade dos serviços públicos prestados e tendo por objetivo primordial o desenvolvimento econômico e social de sua então colônia.
 - e) patrimonialista, uma vez que, a fim de combater a corrupção, centrou suas ações na profissionalização e na hierarquia funcional dos quadros do aparelho do Estado, dotando-o de inúmeros controles administrativos.
- 5 - Como forma de organização baseada na racionalidade, a Burocracia acarreta algumas consequências não previstas. Nesse contexto, nos casos em que, devido à rígida hierarquização da autoridade, quem toma decisões é o indivíduo de cargo mais alto na hierarquia, temos a seguinte disfunção:
- a) categorização como base do processo decisório.
 - b) despersonalização do relacionamento.
 - c) exibição de sinais de autoridade.
 - d) internalização das regras e exagerado apego aos regulamentos.
 - e) superconformidade às rotinas e procedimentos.
- 6 - Sob a ótica da nova gestão pública, ao analisarmos a administração brasileira, nos últimos 20 anos, percebemos que, a despeito do muito que ainda se tem por fazer, os diversos esforços de reforma trouxeram avanços e inovações, em alguns casos deixando raízes profundas de modernização. Entre tais acontecimentos positivos, os seguintes marcos ou fatos podem ser citados, exceto:
- a) a adoção do *e-government*.
 - b) a opção definitiva pela seleção meritocrática e universal, consubstanciada pelo concurso público.
 - c) a extensão, ao servidor público, do direito irrestrito de greve.
 - d) a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - e) a introdução, na Constituição Federal, do princípio da eficiência entre os pilares do Direito Administrativo.
- 7 - Sobre o tema 'administração pública gerencial', é correto afirmar:
- a) o *consumerism* e o *public service oriented* são visões completamente antagônicas da administração pública gerencial.
 - b) no Brasil, a adoção do gerencialismo na administração pública visa à efetiva implantação de um modelo burocrático weberiano, objetivo que nenhuma reforma administrativa logrou alcançar.
 - c) a primeira experiência de administração pública gerencial, em nosso país, remonta ao século passado, sendo seu marco a criação do DASP, por Getúlio Vargas, em 1936.

- d) Tal como originalmente promulgada, em outubro de 1988, a Constituição Federal contemplava todos os preceitos do gerencialismo, não necessitando, para tanto, sofrer qualquer alteração posterior.
- e) uma das principais críticas que se faz ao *consumerism* decorre do fato de o modelo não identificar, adequadamente, quem são os seus clientes, já que o conceito de 'consumidor' não equivale ao de 'cidadão'.
- 8 - Considerando o marco teórico adotado pelo Plano Diretor para a Reforma do Aparelho do Estado, é correto afirmar:
- a) com a expansão da administração indireta, o momento iniciado pela Constituição de 1988 indica um processo de descentralização administrativa.
- b) ao Núcleo Estratégico do Estado cabe desenvolver as atividades em que o "poder de Estado", ou seja, o poder de legislar e tributar, é exercido.
- c) a forma de administração burocrática é completamente indesejada, sendo sua aplicação proibida, qualquer que seja a circunstância.
- d) por tentar superar a rigidez burocrática, a reforma iniciada pelo Decreto-Lei n. 200/1967 se constitui em um primeiro momento da administração pública gerencial em nosso país.
- e) os conceitos de publicização e privatização se equivalem, podendo ser adotados de maneira indistinta.
- 9 - A experiência brasileira em Orçamento Participativo, acumulada nas últimas décadas, caracteriza-se por:
- a) ainda ser afetada negativamente nos casos em que desigualdades socioeconômicas tendem a criar obstáculos à participação de certos grupos sociais.
- b) tornar o orçamento impositivo, e não meramente autorizativo, no que se refere às decisões tomadas pelos Conselhos de Participantes.
- c) possuir metodologia única, de aplicação obrigatória no âmbito dos Municípios.
- d) possuir metodologia única, de aplicação obrigatória no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- e) permitir ao cidadão comum o acesso direto ao processo decisório em matéria orçamentária nos níveis local, regional e nacional.
- 10- Em nosso país, sobre o modelo composto pelos processos participativos de gestão pública, também conhecido por 'administração pública societal', é correto afirmar:
- a) enfatiza a eficiência administrativa e se baseia no ajuste estrutural, nas recomendações dos organismos multilaterais internacionais e no movimento gerencialista.
- b) tem por origem o movimento internacional pela reforma do Estado, que se iniciou nos anos 1980 e se baseia, principalmente, nas experiências inglesa e estadunidense.
- c) é participativo no nível do discurso, mas centralizador no que se refere ao processo decisório, à organização das instituições políticas e à construção de canais de participação popular.
- d) enfatiza a adaptação das recomendações gerencialistas para o setor público.
- e) não apresenta uma proposta para a organização do aparelho do Estado, limitando-se a enfatizar iniciativas locais de organização e de gestão pública.
- 11- Nos casos em que, em uma organização, as áreas operativas do serviço possam se desenvolver essencialmente por projetos, devendo agrupar-se por centros de competências ou de produtos bem identificados, visando assegurar a constituição de equipes multidisciplinares com base na mobilidade funcional, é melhor que se adote a estrutura:
- a) Linear.
- b) Matricial.
- c) Funcional.
- d) Holográfica.
- e) Em Rede.
- 12- Como medida de satisfação dos membros de uma organização em relação a diferentes aspectos da cultura ou da realidade aparente, a pesquisa sistemática do clima organizacional se justifica pelos seguintes motivos, exceto:
- a) faz parte da missão organizacional realizar melhorias contínuas no ambiente de trabalho e, conseqüentemente, nos resultados dos negócios.
- b) como os clientes internos são a força motriz da organização, deve-se buscar mantê-los satisfeitos.
- c) o desempenho dos recursos humanos, baseado na motivação, afeta diretamente o desempenho da organização.
- d) uma das formas de a organização assegurar seus objetivos é identificar e anular as lideranças negativas.
- e) as constantes mudanças no ambiente de trabalho, fruto da automação e do uso de novas estratégias gerenciais, impactam diretamente a atitude dos trabalhadores.

- 13- Sobre o *benchmarking*, compreendido como um processo de pesquisa contínuo e sistemático para avaliar produtos, serviços e processos de trabalho, com o propósito de melhoria organizacional, é correto afirmar:
- não pode ser aplicado dentro da organização, uma vez que seus parâmetros, necessariamente, estão atrelados a outras organizações do mesmo porte existentes no mercado.
 - a 'pirataria' industrial é uma forma de *benchmarking*.
 - seus resultados, quando positivos, contribuem apenas para a melhoria de serviços, produtos e processos de trabalho, não favorecendo, porém, o planejamento organizacional.
 - aplica-se apenas no âmbito do setor privado, não se prestando à organização pública ou privada sem fins lucrativos.
 - permite à organização comparar os seus serviços, produtos e processos de trabalho com os de outras organizações detentoras de melhores práticas.
- 14- Considerado uma ferramenta de mudança organizacional, o planejamento estratégico pode ser caracterizado pelas seguintes afirmações, exceto:
- está relacionado com a adaptação da organização a um ambiente mutável, sujeito à incerteza a respeito dos eventos ambientais.
 - é orientado para o futuro. Seu horizonte de tempo são o curto e o médio prazos.
 - é compreensivo, envolve a organização como um todo, no sentido de obter efeitos sinérgicos de todas as capacidades e potencialidades da organização.
 - é um processo de construção de consenso, pois oferece um meio de atender a todos na direção futura que melhor convenha à organização.
 - é uma forma de aprendizagem organizacional, pois constitui uma tentativa constante de aprender a ajustar-se a um ambiente complexo, competitivo e suscetível a mudanças.
- 15- Reconhecido como um poderoso instrumento para o ganho de performance nas organizações, devido à interação entre múltiplas habilidades e competências, o trabalho em equipe apresenta inúmeras vantagens quando comparado ao trabalho individual. Entre tais vantagens comparativas, não se inclui:
- as equipes possuem mais fontes de informação.
 - as equipes são mais criativas.
 - os membros da equipe aprendem mais sobre si próprios.
 - o trabalho em equipe incrementa a aprendizagem.
 - o trabalho em equipe demanda mais tempo.
- 16- Como instrumento gerencial contemporâneo, é correto afirmar sobre os mecanismos de rede:
- seu pressuposto básico é o da articulação conjunta entre as organizações, visando ao compartilhamento de recursos, exceto o acesso ao *know-how*, que deve ser mantido em sigilo.
 - as redes podem ser compreendidas como a formação de relações interorganizacionais segundo uma perspectiva econômica e mercadológica.
 - as redes são vistas como uma forma rígida e centralizada de governança.
 - a redução dos custos de transação é a única causa da emergência das redes organizacionais.
 - embora seja um espaço plural, onde coexistem diferentes agentes, a rede organizacional se caracteriza pela unicidade de capital e de interesses corporativos.
- 17- Segundo a Lei n. 9.784/1999, o administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, exceto:
- fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.
 - formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
 - ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações.
 - ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.
 - ver proferida a decisão em processo administrativo de seu interesse em um prazo improrrogável de trinta dias.
- 18- Sobre a competência, no âmbito do processo administrativo na Administração Pública Federal, é correto afirmar:
- a edição de atos de caráter normativo pode ser objeto de delegação.
 - o ato de delegação é irrevogável.
 - em qualquer caso, a avocação é proibida.
 - a decisão de recursos administrativos não pode ser objeto de delegação.
 - com a delegação, renuncia-se à competência.
- 19- No caso da União, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não pode exceder o seguinte percentual da receita corrente líquida:
- 40% (quarenta por cento).
 - 45% (quarenta e cinco por cento).
 - 50% (cinquenta por cento).
 - 55% (cinquenta e cinco por cento).
 - 60% (sessenta por cento).

- 20- Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, para que uma empresa estatal seja considerada dependente, é necessário que, além de controlada, ela receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas:
- I. com pessoal.
 - II. de custeio em geral.
 - III. de capital, incluídos os provenientes de aumento de participação acionária.
 - IV. de capital, excluídos os provenientes de aumento de participação acionária.
- a) I ou II ou IV.
 - b) I e II e III.
 - c) II ou III ou IV.
 - d) I e II e IV.
 - e) I ou II ou III.
- 21- Como regra geral, a alienação de bens imóveis da administração pública será precedida de avaliação e realizada por meio de licitação na modalidade de:
- a) Concorrência.
 - b) Tomada de Preços.
 - c) Convite.
 - d) Pregão.
 - e) Leilão.
- 22- No Pregão, o prazo de validade das propostas, se outro não estiver fixado no edital, será de:
- a) 30 (trinta) dias.
 - b) 45 (quarenta e cinco) dias.
 - c) 60 (sessenta) dias.
 - d) 90 (noventa) dias.
 - e) 120 (cento e vinte) dias.
- 23- A licitação é inexigível quando houver inviabilidade de competição, em especial:
- a) para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos.
 - b) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional.
 - c) para a contratação de artistas consagrados pela opinião pública.
 - d) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
 - e) quando não acudirem interessados à licitação anterior.
- 24- Acerca do tratamento concedido às microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública federal, é correto afirmar:
- a) esse tratamento favorecido, diferenciado e simplificado, não se aplica às contratações realizadas pelas agências reguladoras.
 - b) a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
 - c) não será exigido da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social, qualquer que seja o objeto licitado.
 - d) em qualquer licitação, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
 - e) nas licitações para fornecimento de bens, serviços e obras, como regra geral, é vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte.
- 25- Diferente do que ocorre entre os particulares, os contratos administrativos conferem à Administração algumas prerrogativas que lhe colocam em posição de supremacia sobre o contratado. São as chamadas 'cláusulas exorbitantes', entre as quais não se inclui:
- a) contrato de adesão.
 - b) exigência de garantia.
 - c) alteração unilateral.
 - d) rescisão unilateral.
 - e) aplicação de penalidades.
- 26- Sabendo-se que um contrato administrativo qualquer tem por objeto a pavimentação de 100 Km de rodovia, pelo valor total de R\$ 100.000,00, pode-se afirmar que, mantidas as condições inicialmente previstas, à Administração é permitido determinar à contratada a supressão:
- a) de até 25 Km de rodovia, caso em que o valor total é reduzido para até R\$ 50.000,00.
 - b) de até 25 Km de rodovia, caso em que o valor total é reduzido para até R\$ 75.000,00.
 - c) de até 25 Km de rodovia, caso em que o valor total se mantém em R\$ 100.000,00.
 - d) de até 50 Km de rodovia, caso em que o valor total é reduzido para até R\$ 50.000,00.
 - e) de até 50 Km de rodovia, caso em que o valor total se mantém em R\$ 100.000,00.

- 27- Assinale a opção que preenche corretamente a lacuna da seguinte frase: "De acordo com a Lei n. 8.666/1993, a Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos _____ resultantes da execução do contrato."
- fiscais e comerciais
 - trabalhistas e previdenciários
 - fiscais
 - previdenciários
 - comerciais
- 28- De acordo com a Lei n. 8.666/1993, sobre a exigência de prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, é incorreto afirmar:
- o estabelecimento de tal exigência é ato discricionário da autoridade competente.
 - como regra geral, a garantia, quando exigida, será de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.
 - ao contratado é facultado optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
 - em certos e determinados casos, a garantia, quando exigida, poderá ser de até 10% (dez por cento) do valor do contrato.
 - a garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato, sendo vedada a atualização monetária nos casos de caução em dinheiro.
- 29- Desde o ano passado, o governo federal disponibiliza informações oficiais sobre a celebração, a liberação de recursos, o acompanhamento da execução e a prestação de contas de convênios, contratos de repasse e termos de parceria, via Internet, por meio de página específica denominada:
- Portal dos Convênios.
 - SIAFI – Convênios.
 - Portas Abertas.
 - Portal da Moralidade.
 - Transparência – Brasil.
- 30- De acordo com o Decreto n. 6.170/2007, o instrumento administrativo por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União, denomina-se:
- Convênio.
 - Contrato de Repasse.
 - Termo de Cooperação.
 - Termo de Parceria.
 - Termo de Referência.
- 31- De acordo com a Lei n. 8.112/1990, são formas de provimento de cargo público, exceto:
- Nomeação.
 - Promoção.
 - Readaptação.
 - Recondução.
 - Remoção.
- 32- Sobre os afastamentos previstos no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, é correto afirmar:
- o servidor investido no mandato de prefeito perceberá as vantagens de ambos os cargos, independente de haver compatibilidade de horário.
 - apenas quando o curso for realizado no exterior será permitido o afastamento para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*.
 - o servidor investido no mandato de vereador perceberá as vantagens de ambos os cargos, independente de haver compatibilidade de horário.
 - apenas a outro órgão ou entidade dos Poderes da União o servidor poderá ser cedido para exercício de cargo em comissão.
 - o servidor investido no mandato de deputado estadual ficará afastado do cargo.
- 33- Sabendo-se que a prévia habilitação em concurso público é condição necessária à nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo, e considerando o que dispõe a Lei n. 8.112/1990, é correto afirmar sobre tal instituto que:
- poderá ser aberto novo concurso ainda que haja candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade já expirado.
 - será de provas, de títulos ou de provas e títulos.
 - poderá ter validade de um ano e ser prorrogado uma única vez, por mais dois anos.
 - terá seu prazo de validade e condições de realização fixados em Decreto Presidencial.
 - poderá ter validade de seis meses e ser prorrogado várias vezes, por mais seis meses em cada prorrogação, até o limite de quatro anos.
- 34- Assinale a opção que preenche corretamente a lacuna da seguinte frase: "De acordo com a Lei n. 8.112/1990, a licença _____ será contada apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade."
- à gestante
 - por motivo de acidente em serviço
 - à paternidade
 - para tratamento de saúde de pessoa da família do servidor, com remuneração
 - para capacitação

- 35- O Desenvolvimento de Pessoal representa um conjunto de atividades que objetiva explorar o potencial de aprendizagem e a capacidade produtiva das pessoas, visando mudanças de comportamentos e atitudes e a aquisição de novas habilidades e conhecimentos. Nesse contexto, é incorreto afirmar:
- o desenvolvimento tem como meta maximizar o desempenho profissional e motivacional do ser humano, melhorar os resultados e, conseqüentemente, gerar um bom clima organizacional.
 - o treinamento é um dos recursos do Desenvolvimento de Pessoal. Visa o aperfeiçoamento de desempenhos, aumento da produtividade e das relações interpessoais.
 - ao profissional de Recursos Humanos, o único *feedback* que interessa na avaliação de treinamento é o custo financeiro incorrido pela organização.
 - as etapas de elaboração de treinamento são: diagnóstico das necessidades de treinamento, programação do treinamento, aplicação, execução e avaliação dos resultados obtidos.
 - o diagnóstico das necessidades de treinamento pode ser feito a partir da análise da organização, das operações e tarefas e, por último, da análise individual e coletiva.
- 36- Considerações à parte sobre o uso de anglicismos, a ação de Recursos Humanos que se caracteriza pela condução ativa de uma pessoa por seu superior imediato, com foco nas ações de curto prazo e no cotidiano, com vistas a impulsionar o trabalho atual, denomina-se:
- Headhunting*.
 - Outplacement*.
 - Coaching*.
 - Mentoring*.
 - Counseling*.
- 37- Entre as Normas Brasileiras de Contabilidade, a NBC-T-12 trata da atividade e dos procedimentos da Auditoria Interna. Nesse contexto é incorreto afirmar:
- o parecer de auditoria é o instrumento técnico pelo qual o auditor interno comunica os trabalhos realizados, suas conclusões e recomendações.
 - os papéis de trabalho são o conjunto de documentos e apontamentos com informações e provas coligidas pelo auditor interno que consubstanciam o trabalho executado.
 - a auditoria interna tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da Entidade.
 - os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informações da Entidade.
 - ao determinar a extensão de um teste de auditoria interna, o auditor interno pode empregar técnicas de amostragem estatística.
- 38- No Setor Público Federal, a auditoria executada por instituições privadas, ou seja, pelas denominadas empresas de auditoria externa, é classificada como:
- centralizada.
 - descentralizada.
 - integrada.
 - terceirizada.
 - compartilhada.
- 39- Assinale a opção que preenche corretamente a lacuna da seguinte frase: "No Setor Público Federal, a _____ objetiva o exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, sendo realizada para atender determinação expressa de autoridade competente."
- Auditoria de Avaliação da Gestão
 - Auditoria Contábil
 - Auditoria Especial
 - Auditoria Operacional
 - Auditoria de Acompanhamento da Gestão
- 40- Dado o seu caráter regulador, é correto afirmar que os seguintes aspectos inerentes à atividade da Agência Nacional de Águas estarão sujeitos à atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, exceto:
- o conteúdo das decisões regulatórias emitidas.
 - os atos referentes a pessoal e sua remuneração.
 - os dispêndios, licitações e contratações produzidos.
 - os processos em que houver dispensa ou inexigibilidade de licitação.
 - os sistemas administrativos e operacionais de controle interno administrativo utilizados na gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e de pessoal.

